

A narrativa de guerra interna e repressão estatal: a estratégia da política do antagonismo e extrajudicialidade na Guerra de Canudos

The narrative of internal war and state repression: the strategy of the politics of antagonism and extrajudiciality in the Canudos War

Rodrigo Bernardino de Souza Bodevan*

RESUMO

A Guerra de Canudos foi um dos eventos mais trágicos e emblemáticos da história do Brasil independente. O conflito armado entre os seguidores de Antônio Conselheiro e as Forças do Estado se apresentou como a culminação bélica de uma série de graves questões políticas, socioeconômicas e religiosas presentes no final do Século XIX. O presente artigo buscará através do arcabouço teórico da “dicotomia amigo-inimigo” de Carl Schmitt e da “razão de Estado” de Michel Foucault investigar os acontecimentos históricos por trás do conflito, visando entender os elementos por trás da estratégia de repressão do regime republicano na guerra civil deflagrada no sertão baiano, e como esta levou a consequências humanas de extrema magnitude. Por meio de uma pesquisa qualitativa e adotando as premissas do método de abordagem hipotético-dedutivo, a metodologia foi estruturada em um diálogo com uma variedade de obras e artigos que tratam sobre a temática analisada, almejando a constituição de um exame crítico e construtivo, intencionando compreender a conexão entre a narrativa política, a atuação concreta do Estado e a particular lógica da ação estatal em um contexto de excepcionalidade, almejando igualmente destrinchar como esses fatores se fizeram presentes na conjuntura do conflito canudense.

Palavras chave: República; amigo-inimigo; razão de Estado; Guerra de Canudos

ABSTRACT

The War of Canudos was one of the most tragic and emblematic events in the history of independent Brazil. The armed conflict between the followers of Antônio Conselheiro and the State Forces presented itself as the culmination of a series of serious political, socioeconomic, and religious issues that existed at the end of the 19th century. This article will seek through the theoretical framework of Carl Schmitt's "friend-enemy dichotomy" and Michel Foucault's "raison d'État," to investigate the historical events behind the conflict, aiming to understand the elements behind the Republican regime's strategy of repression in the civil war that broke out in the “Baiano” hinterland, and how this led to enormous human consequences. Through qualitative research and adopting the premises of the hypothetical-deductive approach method, the methodology was structured in a dialogue with a variety of works and articles that deal with the analyzed theme, aiming to constitute a critical and constructive examination, intending to understand the connection between the political narrative, the concrete action of the State and the particular logic of state action in a context of exceptionality, also aiming to unravel how these factors were present in the context of the “Canudense” conflict.

Artigo submetido em 7 de outubro de 2025 e aprovado em 19 de outubro de 2025.

* Aluno do 8º período do curso de Direito da PUC Minas. Membro do grupo de pesquisa Teoria Crítica do Direito. E-mail: rodrigo.bodevan18@gmail.com

Keywords: Republic; friend-enemy; raison d’État; War of Canudos

1 INTRODUÇÃO

1.1 A fragilidade do nascente regime republicano

A República brasileira possuiu um nascimento muito particular. A Proclamação da República foi consumada sem participação popular, o golpe de Estado foi promovido por uma aliança entre o Exército, setores das oligarquias rurais lideradas pelo Partido Republicano Paulista e um pequeno mas muito ativo grupo de republicanos “liberais-legalistas”¹. Sobre o 15 de novembro, José Murilo de Carvalho, em sua obra “Os Bestializados”, invocou a frase do jornalista republicano, Aristides Lobo: “o povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditaram seriamente estar vendo uma parada” (Carvalho, 1987, p. 9). Sem apoio entre a população, ou bases minimamente fortes no imaginário social, o regime republicano fundava uma inédita etapa na vida política nacional.

A ascensão meteórica ao poder não iludiu o campo vencedor, esse tinha noção da fragilidade daquela nascente experiência. Percepção que se aprofundou com a Revolta da Armada de 1893 e a Revolução Federalista², as ameaças se apresentavam em armas, a República de 1889 sem defesas consolidadas na sociedade, dependia quase exclusivamente para a sua sobrevivência da lealdade do Exército ao projeto político republicano.

A Primeira República, por seu caráter excludente, se encontrava “encastelada”, a atuação em defesa dos interesses específicos das oligarquias agropecuárias, tornava a república brasileira não um espaço amplo de exercício da cidadania, mas um balcão de negócios. A Constituição de 1891, democrática em seu texto, era intensamente desvirtuada pelo manejo político dos setores oligárquicos. Frente a inexistência de projetos para as massas, movimentos contestatórios e contra hegemônicos encontravam terreno fértil.

¹ Denominamos de republicanos “liberais-legalistas” aqueles que defendiam um liberalismo republicano mais “ideológico”, reivindicando a legalidade constitucional, lisura do processo eleitoral, respeito às garantias e liberdades individuais fundamentais, entre outros. Corrente essa que tinha como principal líder Ruy Barbosa. Nesse sentido, pode-se fazer uma separação desse grupo dos republicanos liberais do PRP, pois diferentemente destes que manipulavam a ideologia liberal-republicana em favor de seus interesses corporativos-econômicos, ajudando a criar um sistema que atentava contra princípios básicos do liberalismo, os “liberais-legalistas” se mantiveram fiéis à doutrina. Há de se destacar que ironicamente, o PRP viria apoiar a candidatura de Ruy Barbosa à presidência em 1910, mas sendo esse apoio mais uma expressão de insatisfação com a candidatura do Marechal Hermes da Fonseca, do que uma adesão às propostas do ex-Ministro da Fazenda.

² A Revolta da Armada de 1893 foi um levante armado da Marinha contra o governo do Marechal Floriano Peixoto. Destacam-se entre as causas da insurgência a insatisfação da armada nacional com a crescente centralização de poder nas mãos do Presidente alagoano, o questionamento sobre a própria legalidade de sua ocupação do cargo, assim como de um desprestígio político da Marinha frente ao Exército, entre outras motivações. Os revoltosos exigiam a convocação imediata de eleições presidenciais. O movimento acabou por ser suprimido com auxílio dos EUA em março de 1894.

A Revolução Federalista, foi um conflito armado que se estendeu pelo Sul do Brasil e Uruguai, entre 1893 e 1895. A revolta armada foi a ebulição armada de um antigo conflito entre diferentes grupos políticos no Rio Grande do Sul, os pica-paus, apoiadores do presidente da Província, Júlio de Castilhos, apoiados pelo governo federal e os maragatos, opositores de Castilhos, e liderados por Gaspar Silveira Martins, apoiados estes por caudilhos uruguaios, ligados ao Partido Nacional. A revolta acabaria já no governo do presidente Prudente de Moraes, após a batalha de Campo Osório, que acabou por ser uma derrota determinante em desfavor do campo Maragato.

Ambas as revoltas contavam com uma certa diversidade ideológica em seus quadros, onde se encontravam monarquistas, mas pode-se identificar nas duas uma rejeição ao status quo dos primeiros anos da Primeira República.

Na primeira década, apesar do insucesso dos movimentos contestadores, os governos militares do Marechal Deodoro da Fonseca e do Marechal Floriano Peixoto, assim como do civil, Prudente de Moraes, não conseguiram construir um senso total de segurança em torno das instituições republicanas³. De igual maneira, o campo republicano não se encontrava em completa harmonia, o primeiro governo civil, o de Prudente de Moraes, se encontrava sob o assédio constante do “florianismo”, muitas vezes sofrendo ataques diretos, a morte do “Marechal de Ferro”, em 1895, não arrefeceu os ânimos do movimento construído em seu apoio, com a situação se tensionando ainda mais pelo fato da vice-presidência estar sendo ocupada por um florianista, Manoel Vitorino⁴.

A oposição jacobina exigia provas de lealdade inabalável do presidente paulista à República, e defendia o combate frontal a qualquer “ameaça monárquica”. Apesar da inquestionável maior consolidação do regime após o governo Floriano, a apreensão com possíveis conspirações monarquistas continuava a rondar o agitado ambiente político da capital federal.

Em 1897, a República encontrava-se frente a esse delicado contexto. Apesar da propaganda e do discurso oficial, onde o regime republicano era apresentado como o caminho do desenvolvimento civilizacional e impulsionador da modernidade, sua existência e manutenção estavam muito longe de serem uma unanimidade no país. O temor de uma restauração monárquica, não era uma exclusividade do campo “florianista”, o mesmo assolava os republicanos de diferentes vertentes. Nesse contexto, a questão de Canudos começa a ganhar cada vez mais destaque na imprensa nacional. Frente a tal os diferentes setores do movimento republicano, em especial aquele ligado ao falecido “Marechal de Ferro”, buscaram construir uma narrativa de guerra interna, de um conflito entre a civilização e a barbárie, entre a República e seus inimigos restauracionistas que seriam os que se encontravam detrás da criação e da expansão do arraial. Observa-se, o objetivo de se utilizar o conflito para unir a sociedade civil em defesa do regime republicano, fortalecendo-o, visando assim a construção de uma base de apoio mais sólida e ampla. Almejando de tal maneira anular definitivamente qualquer chance de um retorno da monarquia dos Orleans e Bragança.

1.2 Uma breve história de Canudos

Quando Antônio Vicente Mendes Maciel, o Antônio Conselheiro, chega em Canudos, em 1893, este havia passado 25 anos viajando a pé pelo sertão nordestino, fazendo pregações religiosas caracterizadas por um catolicismo popular e um certo misticismo. Com a chegada do líder religioso à localidade, esta começou a crescer exponencialmente atraindo milhares de pessoas, em sua maioria camponeses sem terras, afetados pelas secas e pela miséria. Na crescente urbe, o comunitarismo socioeconômico mesclado com um fundamentalismo católico era a regra social vigente⁵.

³ Sobre a grande turbulência política presente na primeira década da República, José Murilo de Carvalho apontou: “Se a proclamação não teve a presença do povo, a primeira década da República foi tumultuada. Desentendimento entre os republicanos, sobretudo entre civis e militares entre (Exército contra Marinha) resultaram em golpes e contragolpes, revoltas armadas, greves operárias, constante agitação nas ruas” (Carvalho, 2017, p. 21-22)

⁴ O auge máximo entre as tensões entre os ambos os campos viria, curiosamente, logo após do término do conflito em Canudos, quando o Presidente Prudente de Moraes sofre um atentado, que acaba por tirar a vida do Ministro da Guerra, Marechal Carlos Bittencourt, responsável pela expedição que destruiu o arraial, o fato se deu justamente na recepção a batalhões que voltavam do sertão baiano. O vice-presidente, Manuel Vitorino, será acusado de ser o autor intelectual da tentativa de magnicídio, chegando a ser indiciado pelo inquérito investigatório, mas não sofrendo acusações formais pelo crime.

⁵ Sobre o fundamentalismo religioso presente na comunidade, José Calasans aponta: “Os trechos referidos, porém, são suficientes para dar uma idéia dos chamamentos partidos do arraial “sagrado” do Belo Monte, onde os

A expansão do arraial não foi bem recebida pelas elites locais, mas nos primeiros anos, as cidades próximas a Canudos mantiveram relações pacíficas com a mesma, entretanto ao mesmo tempo, se espalhavam rumores de que a cidade comunitarista se tratava, na verdade, de um movimento de teor monarquista, em parte, baseados na rejeição de Conselheiro ao novo regime, muita motivada pelo laicismo que este trouxe as estruturas político-governamentais.

O conflito armado com Canudos, somente começa em outubro de 1896, quando uma remessa de madeira encomendada pelo líder do arraial (destinada à construção da chamada Igreja Nova), na cidade de Juazeiro, não é entregue no prazo devido⁶. Disseminando-se um rumor de que Antônio Conselheiro teria ordenado uma invasão à Juazeiro, visando buscar a carga de madeira à força⁷. Frente aos supostos planos de invasão, tropas policiais do Governo da Bahia se posicionam para defender a cidade, mas quando o ataque canudense não se concretiza, o destacamento policial parte em direção a Canudos, entrando em confronto com tropas guerrilheiras do arraial antes mesmo de alcançarem seu território, nas proximidades de Uauá. Apesar das tropas conselheiristas terem batido em retirada, as baixas infligidas às forças do governo e o impacto moral que estas causaram na expedição, impediram que a mesma continuasse. No total, outras 3 expedições serão necessárias para destruir Canudos, cada uma destas contando com um grau cada vez maior de investimento em recursos e maior número de tropas. As duas primeiras foram promovidas pelas forças militares do Governo da Bahia. A terceira e quarta, já frente a nacionalização da temática do arraial, serão lideradas pelo Exército. No terceiro intento, também fracassado, será morto em combate o Coronel Moreira Cesar, figura forte do florianismo militar, e que acaba por ser transformado em uma espécie de mártir republicano pela imprensa nacional. Somente a quarta expedição, liderada pelo Ministro da Guerra, Marechal Carlos Bittencourt, obteve sucesso.

A aniquilação foi quase total, dos 25.000 habitantes do arraial, somente um pequeno grupo de mulheres e crianças salvaram-se (Hermann, 1997, p.1). Um extermínio, facilmente classificável como crime de lesa humanidade, consumou-se na aridez do sertão. A magnitude do morticínio, ocorrido em um espaço temporal relativamente pequeno, mostra-se sem paralelo na história nacional.

1.3 A dicotomia e amigo-inimigo e a razão de Estado

A criação de uma narrativa de combate a um inimigo interno e a atuação estatal na repressão a Canudos podem ser analisadas frente ao arcabouço teórico de dois autores diametralmente opostos no aspecto político, mas que podem contribuir de maneira conjunta na inquirição em questão, Carl Schmitt e Michel Foucault, respectivamente, de maneiras diferentes, forneceram teses que podem auxiliar de maneira frutífera a investigação da temática analisada.

republicanos, os protestantes e os maçons eram renegados. Estes não podiam pisar o chão abençoado, porque Antônio Conselheiro não os queria” (Calasans, 2002, p. 76)

⁶ “Na verdade o que havia era o seguinte: ao saber que, embora paga não era despachada a madeira por falta de quem a transportasse, o Conselheiro mandara avisar que iria buscá-la com a sua gente. Esta versão é mais plausível, mas também dava azo aos mesmos boatos tenebrosos.” (Nogueira, 1974, p. 16)

⁷ Sobre um possível destino histórico alternativo para Canudos, José Carlos Nogueira coloca; “Tudo havia de desanuviar-se e Canudos terminaria bem, integrando-se um dia na vida do Estado, por obra do tempo, se não fosse a atitude leviana de certa pessoa. Aqui e nesta pessoa é que encontramos o ponto crucial e o princípio dos males tremendos sobrevivendo a Canudos, ao exército nacional, ao Estado da Bahia e ao Brasil. Tudo, toda essa tragédia nacional é originada de "incidente desvalioso", como o qualifica Euclides da Cunha.” (Nogueira, 1974, p.15)

Carl Schmitt, belicoso propagandista do anti-liberalismo, e sua famosa definição de que a distinção “amigo-inimigo” é a essência da política⁸. não só identificava esse suposto fenômeno, mas colocava sua inevitabilidade (apesar da tentativa liberal de o negar) e a necessidade dos governos de o entenderem e aplicarem o mesmo. Para o autor alemão, a identificação e combate ao inimigo era também uma ferramenta de unidade, fortalecimento, de promoção do autoconhecimento de uma sociedade que se entendia ao diferenciar-se daqueles que confrontava e se tornava assim verdadeiramente coesa. Uma identidade em comum era forjada, e essa tinha por resultado a promoção de uma forte estabilidade social, Byung-Chul-Han aponta:

A política, na identidade de Carl Schmitt, libera muitas energias destrutivas, mas essa violência está voltada para fora. Em relação ao interior, ela tem efeito estabilizante, pois todas as energias conflitivas partem do si-mesmo para o outro, e, assim são externalizadas. A violência que se aplica ao outro como inimigo confere ao si-mesmo estabilidade e firmeza, formando a identidade. O inimigo é uma questão própria como configuração. É só diante do inimigo que o si-mesmo adquire medida própria (Han, 2011. p. 96).

Para a concepção schmittiana, a existência de uma sociedade política dependia não só de sua capacidade de reconhecer a existência do inimigo, mas de estar preparada em adotar a violência contra o mesmo, de compreender que a ameaça de seu “rival” não é só um espectro, mas uma possibilidade concreta: “Portanto, uma comunidade só se torna política quando é ameaçada existencialmente pelo inimigo e necessita enfrentá-lo e vencê-lo, para pôr um ponto final em uma batalha (guerra)” (Toffano; Rodrigues, 2022, p.18)⁹

Na visão de Schmitt, o “inimigo” não necessariamente precisa ser uma força externa, ou seja, o Estado, centro basilar do político¹⁰ pode confrontar um “inimigo interno” que está dentro da própria população que habita seu território. A possibilidade de se exercer a unidade através do combate a um antagônico interior, abre a possibilidade para o desencadeamento de políticas repressivas dos mais diferentes níveis contra parcelas da sociedade, sejam políticas, étnicas, religiosas, entre outras. Essas se tornando representativas na narrativa oficial daquilo que deve ser derrotado de maneira total.

O jurista alemão também ressalta a importância da caracterização do inimigo como repugnante, desde o ponto de vista moral como estético, para que, mesmo sendo possível um certo grau de convivência com este, a dicotomia seja fortalecida, facilitando assim, se necessário, a utilização da violência contra o mesmo:

The distinction of friend and enemy denotes the utmost degree of intensity of a union or separation, of an association or dissociation. It can exist theoretically and practically, without having simultaneously to draw upon all those moral, aesthetic, economic, or other distinctions. The political enemy need not be morally evil or aesthetically ugly; he need not appear as an economic competitor, and it may even be

⁸ Segundo Carl Schmitt, a política se resume à distinção entre o amigo e o inimigo (Schmitt, 2009. p. 19.). O pensar político e o instinto político nada mais significam do que “a capacidade de distinguir entre amigo e inimigo” (Schmitt, 2009. p. 34). (Toffano e Rodrigues, 2022, p.17)

⁹ Sobre violência e identidade na teoria schmittiana, Toffano e Rodrigues complementam; “Dando continuidade ao raciocínio schmittiano este entende que a inimizade é constitutiva da identidade, uma vez que o ego humano nada mais é do que uma defesa imunológica do outro ao inimigo, além de entender também que o indivíduo que não tiver um inimigo é carente de identidade própria” (Toffano; Rodrigues, 2002, p. 18)

¹⁰ Acerca da conexão entre política e a esfera estatal, Washington Luiz Silva, aponta: “O Estado é o lugar por excelência do político, no pensamento de Schmitt e seu mundo é o mundo do Estado, além dele não há nada; ele concentra o monopólio da atividade política e sem este não existe política. O poder de decidir sobre amigo-inimigo recai apenas sobre Estado, enquanto unidade política.” (Silva, 2008, p. 2)

advantageous to engage with him in business transactions. But he is, nevertheless, the other, the stranger; and it is sufficient for his nature that he is, in a specially intense way, existentially something different and alien, so that in the extreme case conflicts with him are possible. These can neither be decided by a previously determined general norm nor by the judgment of a disinterested and therefore neutral third party (Schmitt, 1932, p. 26).

A política e o conflito, constata-se, na interpretação schmittiana são inseparáveis¹¹ sendo a dicotomia do “amigo-inimigo” o irrenunciável meio de unidade da sociedade política. Nesse sentido, uma atuação governamental a visar criação de uma narrativa de conflito a um oponente existencial interno mostra-se como uma estratégia política fundamental para a estabilidade de um Estado.

No outro polo do espectro político, Michel Foucault, em especial em seus livros “Segurança, território e População” e “Em defesa da sociedade”, realiza uma série de valiosas contribuições sobre o tema da governabilidade e da atuação estatal no âmbito de segurança e controle populacional.

Dentro dos conceitos apresentados na obra, se mostra de especial importância destacar-se o conceito de “razão de Estado”. Para o filósofo francês a atuação estatal assume uma nova lógica no século XVI, onde os governos passaram a se organizar e se planejar visando a estabilidade social e se necessário expansão do poder do Estado. Foucault aponta que o respeito à legalidade nessa lógica de agir governamental é importante, mas pode ser relegado a um posto secundário frente a um cenário de necessidade da reafirmação do poder do Estado:

No que concerne à normatização da sociedade firmada pelo direito, a razão de Estado possui uma relação de respeito às leis, que não implica na sua inclinação, submissão a elas. São elementos constituintes da conservação. Porém, há ocasiões com caráter de urgência, em que o Estado se encontra em perigo, que faz-se necessário ultrapassá-las, libertar-se delas. São momentos em que há uma necessidade, e esta palavra é essencial para se entender a ação da razão de Estado, de sobrepujar leis civis, morais ou naturais, em favor da salvação (Silva, 2021, p. 4).

A governabilidade em última instância, também não estaria presa às limitações da moralidade, possuindo uma lógica própria que tem como objetivo final a defesa da soberania estatal.

A razão de Estado, portanto, não está atrelada fundamentalmente a um respeito absoluto a procedimentos legais e direitos estabelecidos, nem a uma tradição de valores, mas sim a uma lógica de manutenção de certas relações de poder. A política, apesar de conectada com o acatamento ao ordenamento vigente, é em seu núcleo essencialmente o espaço de atuação frente à necessidade, interesses e aspirações dos grupos que assumem o manejo do aparelho estatal. Nessa realidade, a violência por parte do Estado se torna uma ferramenta para a defesa do *status quo* político e socioeconômico vigentes.¹²

Ambas as teorias se mostrarão ferramentas importantes e extremamente adequadas para a investigação dos acontecimentos em Canudos. Sendo de extrema importância destacar a profunda diferença entre o caráter autoritário, violento e até reducionista da obra de Carl

¹¹ “Portanto, o pensamento político e o instinto político comprovam-se, na teoria e na prática, na capacidade de diferenciar amigo e inimigo. Os pontos altos da grande política são, ao mesmo tempo, os instantes nos quais o inimigo é olhado enquanto inimigo com uma clareza concreta” (Schmitt, 1932, p. 120).

¹² Sobre a atuação estatal às margens da legalidade na concepção foucaultiana de “razão de Estado”, Odaí Camati coloca: “Em nome da manutenção do Estado, é permitida à razão de Estado sacrificar, prejudicar, amputar, escolher, enfim ser injusta nas pequenas coisas. Como a manutenção do Estado está em constante perigo, o Estado pode agir de maneira obscura para garantir sua sobrevivência.”

Schmitt, frente ao caráter científico, investigativo e democratizante da obra de Michel Foucault. A inquirição sobre a formação de uma narrativa pró-conflito na opinião pública e da estratégia estatal de combate ao arraial acabará por apresentar claras conexões com as formulações apresentadas.

Analisando os acontecimentos em Canudos, poderemos observar de maneira clara como os fenômenos descritos por ambos os autores se fizeram presentes de maneira significativa, em diferentes aspectos. A lógica apresentada na concepção schmittiana de amigo-inimigo é a mesma que guia a construção na imprensa nacional de uma imagem deturpada de Canudos, essa visando claramente criar não só uma relação de inimizade da sociedade com o arraial, mas possibilitar um apoio popular para a sua destruição, ao estampá-lo como um inimigo existencial, almejando ao final a fomentação de um processo de união do corpo social em favor do regime republicano. De igual maneira, a atuação repressiva por parte das forças governamentais, que adotaram, com sanção do Estado, uma linha de ação totalmente fora dos procedimentos legais, acabam por reverberar claramente a razão de Estado trazida por Foucault, um cenário onde uma suposta “salvação” da integridade estatal legitima o abandono não só da legalidade mas como até da própria moralidade reinante.

2 A ESTRATÉGIA POLÍTICA DA REPRESSÃO A CANUDOS

Como já supracitado, a primeira década do regime republicano brasileiro, é caracterizada por uma falta de consolidação das instituições republicanas, fato que era resultado direto de conflitos que envolviam as elites e as forças armadas, bem como da falta de apoio popular ao novo regime.

A propaganda republicana, apesar de seus esforços, tanto na valorização de heróis republicanos da história nacional, como na promoção da República como um símbolo de modernidade e desenvolvimento, não conseguiu atingir o imaginário das massas, que apesar de excluídas da vida política, ainda tinham o potencial de causarem problemas a estabilidade dos governos e até em uma situação mais radical, promover uma ruptura política, sobre essa realidade colocou Euclides da Cunha:

A pique ainda das lamentáveis consequências de sanguinolenta guerra civil, que rematara ininterrupta série de sedições e revoltas, emergentes desde os primeiros dias do novo régimen, a sociedade brasileira, em 1897, tinha alto grau de receptividade para a instrução de todos os elementos de receptividade para a instrução de todos os elementos revolucionários e dispersivos. E quando mais tarde alguém a se abalar a definir, à luz de expressivos documentos, a sua psicologia interessante naquela quadra, demonstrará a inadaptabilidade do povo à legislação superior do sistema político recém-inaugurado, como se este, pelo avantajá-lo em demasia ao de uma evolução vagarosa, tivesse, como efeito predominante, alastrar sobre o país, que se amolentara no marasmo monárquico, intenso espírito de desordem, precipitando a República, por um declive onde os desastres repontam, ritmicamente, delatando a marcha cíclica de uma moléstia. (Cunha, 1902, p. 333)

Com a questão de Canudos assumindo o noticiário nacional através dos relatos que chegavam no sertão baiano, o interesse popular pelo arraial crescia vertiginosamente, com o tom dramático e conspiracionista adotado pela mídia, em reportagens e sátiras, incentivando ainda mais o fenômeno. Jornais relevantes como O País denunciavam com alarme o caráter

“restauracionista” da comunidade sertaneja, apontando supostas planificações insurgentes inter-regionais que se articulavam contra a República.¹³

Pode-se observar, o começo de uma estratégia político-midiática, em especial daqueles órgãos de imprensa simpáticos ao florianismo, de se buscar a criação de uma dicotomia a ser apresentada para a opinião pública. Nesse bifurcamento, se apontava que os adversários do regime ali estavam no arraial baiano, aquilo eram, uma turba fanática e violenta, adepta de concepções atrasadas, mas que ao mesmo tempo se colocava como uma grave ameaça a República¹⁴, enquanto, em contrapartida, o regime republicano vigente e seus apoiadores, eram a civilidade e o progresso.

Visava assim unir a sociedade política através da oposição ao arraial. Consolidar a concepção de que a oposição a república de 1889, era uma simpatia ou defesa do atraso e irracionalidade daquela comunidade sertaneja de fanáticos. Verifica-se nessa estratégia um claro tom schmittiano, a busca através da exclusão do inimigo, da formulação, delimitação e consolidação de uma imagem do próprio corpo político (Toffano; Rodrigues 2022, p. 20).

Diferentemente das outras revoltas que já haviam eclodido pós-1889, levadas a cabo por integrantes das Forças armadas, em especial a Marinha, e de certas elites estaduais, Canudos era uma insurgência promovida por personagens que facilmente podiam ser caracterizados como negativos pela propaganda republicana. A imagem de Antônio Conselheiro e de seus seguidores, advindos em sua maioria de uma massa marginalizada e contando em seus quadros com alguns elementos criminosos, com o impulso do darwinismo social dominante à época, podiam ser moldadas para se tornar a representação clara do inimigo revolucionário que a República buscava.

A racialização e marginalização dos habitantes de Canudos é uma parte fundamental para se compreender o processo de construção da semiótica adotada pela mídia e de repressão generalizada adotada pelo Estado. O impacto ideológico do eugenismo, extremamente influente à época, incentivava a construção da imagem dos sertanejos mestiços de Canudos como seres quase “destinados” a violência, naturalmente opositores ao avanço da cultura e civilização em nome de uma defesa intransigente de costumes atrasados (Cunha, 1902, p. 153). O racismo somado a uma espécie de determinismo geográfico e preconceito cultural, colocava a ideia do inevitável choque entre dois polos opostos e irreconciliáveis, com a atuação estatal refletindo essas concepções.¹⁵

A oposição entre o corpo social “saudável” cidadão, fiel a modernidade, a razão e ao desenvolvimento, contra a “insurgência do atraso”, era intensamente promovida na imprensa. Transcreve Euclides da Cunha uma passagem trazida pelo jornal A Gazeta de Notícias:

¹³ “Essa série que se inicia no número 3 de Setembro de 1897 d’O País continua nos números dos dias 5, 7, 9, 12, 14, 19, concluindo no dia 22 de setembro de 1897. Seus autores propõem-se logo de saída a demonstrar que se trata de uma conspiração monarquista.” (Galvão, 2019, p.65)

¹⁴ “No Rio de Janeiro e dali para todo o Brasil, os jornais excitavam os republicanos com a notícia de que “os fanáticos do Conselheiro, com armamento moderníssimo e abundante munição, comandados pelo conde d’Eú, pretendiam restaurar a monarquia!” Não obstante este suposto “perigo”, mesmo assim, “se digladiavam as várias facções dos partidos republicanos. E o Conselheiro é que era o responsável pelo risco que corria a república!” (Nogueira, 1974, p.20)

¹⁵ Sobre a influência do racismo na atuação dos mecanismo estatais e o efeito polarizante deste, Adalberto Arcelo e Lucas Gontijo apontam: “Através da historiografia das condições da escravidão humana no Brasil entre os séculos XVI e XIX, procurar-se-á perscrutar os mecanismos que permitiam o cativo humano e dele haurir algumas hipóteses sobre a sujeição ao trabalho forçado contemporâneo. Uma vez que o mundo capitalista não logrou afastar os ingredientes que ocasionam a escravidão, como o racismo, por exemplo, uma vil estrutura de trabalho forçado tem se reorganizado, paulatinamente, sobretudo sob a égide da globalização. Os mecanismos para isso são semelhantes aos usados durante o período da escravização institucionalizada, o racismo de Estado permite fraturar o corpo social, cindi-lo, entre dominantes e dominados, humanos e “sub humanos”, propiciando-se a sujeição de humanos a outros humanos. A dicotomização entre estrangeiros/nacionais, brancos/negros, legais/ilegais, ricos/pobres possibilita a desumanização de trabalhadores.” (Arcelo; Gontijo, 2023, p.347)

O que de um golpe abalava o prestígio da autoridade constituída e abatia a representação do brio da nossa pátria no seu renome, na sua tradição e na sua força era o movimento armado que, à sombra do fanatismo religioso, marchava acelerado contra as próprias instituições, não sendo lícito a ninguém iludir-se mais sobre o pleito em que audazmente entravam os saudosos do Império, francamente em armas”. Concluía-se: “Não há quem a esta hora não compreenda que o monarquismo revolucionário quer destruir com a República a unidade do Brasil (Cunha, 1902, p. 400).

Diante dos constantes ataques da oposição “jacobina”, o governo Prudente de Moraes acaba por optar pela “linha dura” frente ao conflito que se formulava, sendo que, apesar de não ceder ao florianismo no aspecto de declarar um caráter monarquista ao arraial¹⁶, a propaganda e cobertura jornalística acabariam por fornecer a caracterização de restauracionista à comunidade.

A investigação sobre as verdadeiras causas que levaram formação de Canudos se tornara irrelevante, uma narrativa simples e belicosa foi estabelecida, onde o arraial ao invés de ser compreendido como um fenômeno sociológico facilmente explicável pelo contexto do sertão nordestino ao final do século XIX, passou a aquilo que o florianismo buscava, uma conspiração monárquica armada, a materialização da ameaça a república.

A violência adotada no empreendimento militar se torna o resultado lógico da construção de história manipulada sobre o arraial. Uma questão de caráter social, transforma-se em um conflito armado contra uma força “maligna”. O insucesso das primeiras expedições, a morte do Coronel Moreira César (figura-forte do florianismo) assim como a defesa intransigente dos guerrilheiros, acabou por somente retroalimentar a construção de um discurso de guerra interna¹⁷, de defesa da aniquilação do inimigo, daquele outro que se apresentava como uma ameaça existencial ao corpo amigo.

A destruição de Canudos passou de ser um interesse localizado de parte da elite baiana para uma questão nacional, seu fim se transformou em uma afirmação de si próprio por parte do regime republicano. O inimigo, em grande parte imaginário em tamanho e motivações, e totalmente inferior frente ao aparato estatal, se tornou uma antítese plena, a representação física daquilo que o projeto republicano não era, e que visava suprimir.

A legalidade, como observado por Michel Foucault, fora totalmente afastada frente a uma “ameaça” ao Estado, a repressão extrajudicial tornou-se a regra na atuação das forças militares em Canudos. A República na suposta luta por sua preservação, ignorava fundamentais preceitos do verdadeiro republicanismo, o respeito às leis e ao processo legal. A “razão de

¹⁶ “O discurso presidencial não assumia explicitamente a identidade monarquista dos conselheiristas e preferia ressaltar a oposição entre civilização e barbárie para enquadrar o sentido maior da luta a ser travada no sertão da Bahia.” (Hermann, 1997, p.14).

¹⁷ “A quarta expedição organizou-se através de grande comoção nacional, que se traduziu em atos contrapostos à própria gravidade dos fatos. Foi a princípio o espanto; depois de um desvairamento geral da opinião; um intenso agitar de conjecturas para explicar o inconcebível do acontecimento e induzir uma razão de ser qualquer para aquele esmagamento de uma força numerosa, bem aparelhada e tendo chefe de tal quilate. Na desorientação completa dos espíritos, alterou-se logo, primeiro esparsa em vagos comentários, condensada depois em inabalável certeza, a ideia de que não agiam isolados os tabaréus turbulentos. Eram a vanguarda de ignotas falanges prontas a irromperam, de remanente, em toda a parte, convergentes sobre o novo régimen. E como nas capitais, federal e estaduais, há muito, meia dúzia de platônicos, revolucionários contemplativos e mansos, se agitavam esterilmente na propaganda da restauração monárquica, fez-se de tal circunstância ponto de partida para a mais contraproducente das reações. Era preciso uma explicação qualquer para sucessos de tanta monta. Encontravam-na: os distúrbios sertanejos significavam pródromos de vastíssima conspiração contra as intuições recentes. Canudos era uma Coblenz de pardieiros.” (Cunha, 1902, p.399)

Estado” seria aplicada com uma indiscriminada brutalidade pelo nascente regime, e, importante destacar, de maneira completamente cínica. O perigo representado a integridade das estruturas estatais por Canudos era em sua quase totalidade uma invenção política, mas criação fantasiosa essa que tinha como objetivo final a consolidação do próprio regime.

3 O SUCESSO INICIAL E EVENTUAL FRACASSO DA POLÍTICA DO ANTAGONISMO DEFLAGRADO: A SOCIEDADE E REAÇÃO SOBRE O CONFLITO EM CANUDOS

Inicialmente, a estratégia governista sugeria que seria bem-sucedida, a sociedade, em especial, nos grandes centros urbanos, adotava a narrativa governista, difundida incansavelmente pela imprensa. (Sodré, 1999, p. 269).

No final da terceira expedição, a ideia de guerra justa e necessária se mostrava forte, com as histórias do heroísmo de muitos militares mortos na terceira expedição, provocando reações de apoio a campanha governista e rejeição ao exército guerrilheiro, com o furor inicial, levando multidões florianistas na capital federal, a “empastelarem” jornais monarquistas. Uma onda republicana-patriótica varreu a opinião pública, a estratégia política de se promover a ideia de uma conspiração monarquista, se mostrava até então bem sucedida¹⁸.

A destruição de Canudos e dos canudenses como a única via de salvação da República cada vez se mostrava uma concepção mais homogênea dentro do corpo social. Sobre a atuação da imprensa nesse processo, Euclides da Cunha foi um analista primordial, com o autor fluminense eventualmente denunciando a mudança de postura da imprensa sobre o conflito, passando está de uma defesa de um projeto “educacional” para o atraso da comunidade sertaneja para um discurso belicoso e abertamente defensor de uma política de extermínio (Lima, 2005, p. 14).

A ânsia pelo combate ao exército restauracionista de Antônio Conselheiro, espalhou-se também pelas tropas, os expedicionários da quarta expedição, que também intoxicados pela belicosidade promovida, se mostravam totalmente investidos na missão de destruição do arraial. Um caso emblemático, relatado em Os Sertões, foi o de oficiais do 30º batalhão que ao se depararem com um escudo de armas imperial no portão da alfândega velha da cidade de Queimadas¹⁹ o destruíram a marretadas (Cunha, 1902, p. 411). O impulso destrutivo será ainda mais impulsionado pela dificuldade das condições e da dureza do combate que os militares tiveram que digladiar. A expedição não era mais meramente uma missão militar, mas havia se tornado uma verdadeira cruzada pela república (Cunha 1902, p. 504). Uma espécie de “guerra santa” contra os inimigos da fé republicana.

O sucesso inicial obtido na captação do apoio público, em especial, após o fracasso da expedição do Coronel Moreira César, foi se diluindo. A expedição vitoriosa liderada pelo Marechal Carlos Machado de Bittencourt foi de extrema eficácia militarmente, mas as máculas trazidas pelos crimes contra a população civil e prisioneiros jogou uma sombra sobre a perspectiva do conflito²⁰. Com o passar do tempo, cada vez mais a euforia foi se dissipando e a realidade dos acontecimentos foi se tornando mais clara.

¹⁸ “Diziam-no informes surpreendentes: aquilo que não era um arraial de bandidos truculentos apenas. Lá existiam homens de raro valor - entre os quais se nomeiam conhecidos oficiais do Exército e da Armada, foragidos desde a revolta de Setembro, que o Conselheiro avocara ao seu partido” (Cunha, 1902, p. 408)

¹⁹ A cidade de Queimadas, Bahia, foi o ponto de encontro inicial dos batalhões que participaram da quarta expedição contra Canudos.

²⁰ Sobre as atrocidades cometidas em Canudos, coloca Rui Facó: “Falava-se na integridade, na honra, na dignidade nacional, em defesa da República. E sob a máscara desta fraseologia executou-se o nefando crime contra Canudos, cujos assaltantes chegaram a requintes de selvageria. A degola dos combatentes rurais foi um dos atos mais repugnantes que se conhece na história das guerras. Não encontra paralelo em outra luta civil no Brasil,

No final a sociedade, a longo termo, não se comprometeu em uma unidade contra o “inimigo interno”, apesar dos esforços governistas e jornalísticos, o sonho da união pelo antagonismo não se concretizou. A unidade testemunhada em outros momentos da história nacional, frente ao conflito contra forças externas, não pode ser replicada em Canudos. O choque com a barbárie levou a desilusão, a percepção de um massacre impetrado contra compatriotas humildes espalhou-se (Milton, 2003, p. 143). Ao invés de promover um júbilo unificador pró-regime, a guerra acabou por trazer ceticismo até aos mais profundos republicanos, como o próprio Euclides da Cunha, testemunha privilegiada dos acontecimentos.

Todo o emocionalismo e esforço despendidos na formulação de um combate total a Canudos, acabaria por se mostrar infrutífero na esfera política. A imagem do inimigo mortal se desmanchava, e a guerra de salvação da República se tornaria um tema sensível para o regime. Frente a tal realidade, a vitória de Canudos não passa a ser exaltada de maneira contínua, ao contrário, se é realizado um esforço após a destruição do arraial para o apagamento completo de sua memória, as autoridades republicanas querem o fazer desaparecer também do imaginário social, sendo a localidade em que se encontrava a cidade, de maneira muito simbólica, submersa para a construção de um açude em 1969. Dessa maneira, permite-se somente uma lembrança estereotipada do mesmo como um “surto social”, visando que o estudo mais profundo deste e de sua aniquilação não fossem empreendidos.

De esperança de se tornar um símbolo de vitalidade e força do corpo republicano contra seus adversários, Canudos se tornou uma mancha profunda e danosa (Hermann, 1997, p. 18). Um tema tabu, o qual a explicação “oficial” era que a tragédia foi causada exclusivamente pelo fanatismo e megalomania de um líder messiânico.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando os acontecimentos em Canudos, poderemos observar de maneira clara como os fenômenos descritos por ambos os autores se fizeram presentes de maneira significativa.

A lógica apresentada na concepção schmittiana de amigo-inimigo é a mesma que guia a construção na imprensa nacional de uma imagem deturpada de Canudos, essa visando claramente criar não só uma relação de inimizade da sociedade com o arraial, mas possibilitar um apoio popular para a sua destruição, ao estampá-lo como um inimigo existencial, almejando ao final a fomentação de um processo de união do corpo social em favor do regime republicano. De igual maneira, a atuação repressiva por parte das forças governamentais, que adotaram, com sanção do Estado, uma linha de ação totalmente fora dos procedimentos legais, acabam por reverberar claramente a razão de Estado trazida por Foucault, um cenário onde uma suposta “salvação” da integridade estatal legitima o abandono não só da legalidade, mas como até da própria moralidade vigente.

A política de guerra total contra Canudos promovida pelos setores florianistas e adotada pelo governo Prudente de Moraes e difundida tão energicamente pela grande imprensa à época, mostrava-se muito próxima em conteúdo daquilo defendido futuramente pela teoria schmittiana, mas acabou por se mostrar falha. A construção de uma realidade de antagonismo frontal por parte dos grandes jornais da época, foi parte fundamental dos acontecimentos que viriam a ocorrer, sendo a divulgação constante de conteúdos midiáticos inflamatórios peça basilar do clima de confrontação conflituosa que viria a se tornar reinante.

assemelhando-se apenas ao infame ato do mercenário Grenfell. Jamais pouparam a vida de um prisioneiro, fosse homem, mulher ou criança. Não importava que se submetessem ou não aos interrogatórios, atendessem ou não à intimativa estúpida de dar vivas à República. Todos, indistintamente, tiveram o mesmo fim brutal: amarrados, sangrados e degolados. Seus corpos eram queimados em seguida, amontoados em grandes fogueiras.” (Facó, 1976, p. 119)

A grande unidade nacional em favor da República não é atingida, a estabilização do regime republicano se daria muito mais pelas manobras políticas do presidente subsequente, Campos Sales, do que pela construção de um imaginário de conflito interno contra a ameaça monarquista. A materialização do discurso beligerante na repressão ao arraial levou a perda humana em uma escala aterradora, sendo que a desumanidade resultado da narrativa construída acabou por destruir a mesma, e impedir a concretização de seus objetivos.

Por outro lado, a teoria foucaultiana da razão de Estado, mostra-se uma ferramenta muito útil para a análise da atuação das forças governamentais em Canudos. A inscrição a uma total extralegalidade frente a “ameaças existenciais” ao Estado, também é um tema central para se entender a escala do morticínio ocorrido no arraial. O Estado brasileiro, adotou uma política de terra arrasada contra uma população vulnerável, sem qualquer preocupação com suas próprias normas, em nome da proteção à República. A preservação do regime republicano se torna a justificativa para ações claramente antirrepublicanas. Realidade essa que pode parecer paradoxal, mas é facilmente explicável, pois o combate a Canudos antes de ser uma guerra pela República, é uma tentativa dos setores em comando do aparato governamental de reforçarem seu controle sobre o Estado. A destruição do arraial baiano é uma evidência trágica que a manutenção do poder era o fim, a forma republicana de governo é usurpada e retalhada, pois a mesma era somente uma ferramenta.

As temáticas levantadas neste artigo não estão restritas temporalmente ao conflito no sertão baiano. As causas sociais que levaram à constituição de Canudos, continuam muito presentes na vida brasileira. De igual maneira, as estratégias schmittianas de exercício do poder, podem ser vistas diariamente nos jornais, onde forças políticas se dedicam intensamente à manutenção de uma narrativa de combate interno, de guerra ao outro, ao diferente. Do mesmo modo, a razão de Estado foucaultiana também se apresenta na atualidade nacional, a atuação extrajudicial das forças estatais é uma realidade cotidiana., seja nas periferias das grandes cidades ou em áreas rurais, a adoção de ações fora da legalidade pela própria estrutura estatal visando a defesa de interesses dos grupos que influenciam ou controlam plenamente esta, é uma característica histórica da sociedade brasileira que continua presente até a atualidade.

O estudo da Guerra de Canudos não é um só dever historiográfico, mas mostra-se como um projeto pedagógico importante visando a compreensão de fenômenos político-estatais ainda extremamente contemporâneos. Sendo as lições que podem ser retiradas dessa investigação, fundamentais para o desenvolvimento da República e da vida democrática no país.

REFERÊNCIAS

ARCELO, Adalberto Batista; DE ALVARENGA GONTIJO, Lucas. **Teoria Crítica do Direito: o discurso dos direitos humanos frente à biopolítica, à colonialidade e ao neoliberalismo**. Editora Dialética, 2023.

BUCHSTEIN, Hubertus. **Enduring Enmity: The Story of Otto Kirchheimer and Carl Schmitt**. transcript Verlag, 2024.

BUCHSTEIN, Hubertus. The Godfather of Left-Schmittianism? Otto Kirchheimer and Carl Schmitt after 1945. **Redescriptions: Political Thought, Conceptual History and Feminist Theory**, v. 24, n. 1, 2021.

CALASANS, José. Canudos-origem e desenvolvimento de um arraial messiânico. **Revista USP**, n. 54, p. 72-81, 2002.

CAMATI, Odair. Uma análise da razão de estado em Michel Foucault a partir do curso Segurança, território e população. **Intuitio**, v. 8, n. 1, p. 171-184, 2015.

CARVALHO, José Murilo de. **O pecado original da República**. São Paulo: O Bazar do tempo, 1ªed, 2017.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados**. São Paulo: Companhia das Letras, 3ª ed., 2001.

COSTA, Cristiane; XEXÉO, José Antonio M. SEGREDOS DA GUERRA DE CANUDOS (1896-1897): TELEGRAMAS CRIPTOGRAFADOS SOBRE O FRACASSO DA EXPEDIÇÃO MOREIRA CESAR SÃO FINALMENTE DECIFRADOS. **Revista de História (São Paulo)**, n. 183, p. a08023, 2024.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. São Paulo: Ed. Três, 1984 (Biblioteca do Estudante).

DE LIMA, Lidiane Santos. A Campanha de Canudos nos Jornais. **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Uerj**. Rio de Janeiro, 2005.
FACÓ, Rui. **Cangaceiros e Fanáticos**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 5ª. ed. 1978.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. Tradução: Maria Ermantina Galvão. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GALVÃO, Walnice Nogueira. **No calor da hora: a guerra de Canudos nos jornais**. Cepe Editora, 2019.

HAN, Byung-Chul. **Topologia da violência**. Petrópolis: Vozes, 2011.

HERMANN, Jacqueline. Canudos destruído em nome da República. **Revista Tempo**, v. 2, n. 3, 1997.

LESSA, Renato. **A invenção da República: da aventura à rotina**. In: CARVALHO, Maria A. R. (Org.). **A República no Catete** Rio de Janeiro: Museu da República, 2001. p. 11- 58.

LIMA JR, Jayme Benvenuto; DA SILVA–LUCIANO, José Fernando; BRITO, Oliveira–Valdênia. Execuções sumárias, arbitrárias ou extrajudiciais. **Uma aproximação da realidade brasileira**. Recife, 2001.

MACHADO, FELIPE DANIEL AMORIM. ENTRE SCHIMITT E ARENDT: AS BASES PARA UM DIÁLOGO SOBRE A CONSTITUIÇÃO DO POLÍTICO. Fortaleza, 2010 (Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI)

MILTON, Aristides Augusto. A Campanha de Canudos. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003. Vol. 5. Disponível em: . acessado em 20/08/2025.

MONTEIRO, Vanessa Sattamini Varão. Canudos: guerras de memória. **Mosaico**, v. 1, n. 1, p. 83-93, 2009.

NOGUEIRA, José Carlos de Ataliba. Antônio Conselheiro e Canudos: revisão histórica. **Brasiliiana**, 1974

OKSALA, Johanna; RODRIGUES, Malcom Guimarães. FOUCAULT, MAQUIAVEL E A ARTE DE GOVERNAR. **Revista Ideação**, v. 1, n. 51, p. 82-92, 2025.

ROCHA, MEGT. A intervenção do Estado brasileiro e a política oligárquica na república velha. **Revista de Informação Legislativa**, v. 32, n. 126, p. 207-219, 1995.

RODRIGUEZ, Benito Martinez. Séculos sem fim: crônicas do centenário de Canudos. **Revista letras**, n. 47-48, p. 109, 1997.

RONDON FILHO, Edson Benedito. Segurança, território, população. **SciELO Brasil** 2011.

SAWYER, Stephen W. Foucault e o estado. **Lugar Comum–Estudos de mídia, cultura e democracia**, n. 58, p. 345-376, 2020.

SCHMITT, Carl. **O conceito do político**. Tradução, introdução e notas de Alexandre Franco de Sá. Lisboa: Edições 70, 2018.

SCHMITT, C. **The concept of the political**. Chicago, Ill. ; London: University Of Chicago Press, 1999.

SILVA, Camilla Cristina. Leituras sobre o Estado e a razão de Estado em Foucault, Derrida e Lênin. **PROJEÇÃO, DIREITO E SOCIEDADE**, v. 12, n. 2, p. 42-51, 2021.

SILVA, Washington Luiz. Carl Schmitt e o conceito limite do político. 2008.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A história da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

TOFFANO, Marcelo; RODRIGUES, Maria. O atual Estado Democrático de Direito e a influência sofrida pelos institutos da soberania e da violência na construção de políticas públicas. **Argumenta Journal Law**, Jacarezinho – PR, Brasil, n. 37, 2022, p. 401-432